

**Sexta-feira, 21 de Agosto de 2015.**

Ano XXI - Edição N.: 4870

Poder Executivo

**Secretaria Municipal de Políticas Sociais - CMDCA****ATA DA 4ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 13 DE ABRIL DE 2015**

No dia treze do mês de abril de dois mil e quinze, no auditório da Casa dos Conselhos, situado à rua Estrela do Sul, 156, bairro Santa Tereza foi realizada a quarta sessão plenária ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/BH. Estiveram presentes conselheiros, convidados, colaboradores, observadores e integrantes da Secretaria Executiva do CMDCA/BH. A lista com os nomes e assinaturas dos participantes, justificativas de ausência e materiais referentes às matérias encontram-se anexos a esta ata. Às 14h20m a Presidente Márcia Alves iniciou a sessão agradecendo a presença dos (as) conselheiros (as) e colaboradores (as) e passou a palavra à secretária Maria Vitória Santos Moura que fez a chamada e registrou o quórum de 20 (vinte) conselheiros (as) presentes, sendo 10 (dez) governamentais e 10 (dez) da sociedade civil. Justificaram ausências os conselheiros Roberto Silva Araújo da Secretaria de Administração Regional Municipal e Ana Christina Lamounier de Sá da Pro-Bem Assessoria e Gestão Criança. Em seguida Márcia Alves informou que a plenária seria filmada para edição do filme institucional do CMDCA para a 8ª Conferência Municipal. Posto em votação, a Pauta do dia foi aprovada por 19 (dezenove) votos favoráveis e 1 (um) voto de abstenção. Em seguida Márcia Alves prosseguiu com a ordem da pauta, conforme segue a descrição. 1º PONTO - Informes e Encaminhamentos: Tomou posse a nova conselheira de direito da sociedade civil: Cyntia Castro de Sousa do Instituto Sacramentinos de Nossa Senhora. Houve mudança na composição da mesa diretora. Márcia Alves comunicou a todos que a Secretária Maria Vitória informou sua saída da mesa diretora, a pedido do representante legal da Obra Social Itaka Escolápios e a sociedade civil indicou o nome do conselheiro Herbert Emil Knup para cumprir o restante do mandato, ocupando assim o lugar de secretário da mesa diretora. Os nomes dos novos empossados foram aprovados por unanimidade pela plenária. Márcia Alves deu as boas vindas ao novo Secretário e o convidou para compor a mesa. Em seguida a Presidente questionou se é possível apreciar e votar as atas neste dia, uma vez que não foram enviadas dentro do prazo regimental. Com 18 (dezoito) votos a favor e 02 (dois) contrários os conselheiros acharam que devem ser votadas na próxima plenária. Márcia Alves informou sobre o problema do atraso parcial dos recursos da Secretaria Municipal de Educação-SMED para os programas conveniados de socialização do Programa Escola Integrada. Foi convidada, para esclarecer a situação, Leila Maria Pinheiro, da representante SMED, e gestora do Convênio Instituições Socioeducativas do Programa Escola Integrada - CISE-PEI, responsável por mais de 260 convênios com instituições que atendem a Educação Infantil (creches) e de socialização inscritos no CMDCA. Leila informou sobre os problemas com relação à gestão desses do CISE-PEI. Ela ressaltou que há um problema de atraso no repasse referente à per capita dos estudantes da rede estadual. Ela informou que em 2015 o problema se agravou, pois a equipe do governo estadual foi alterada, os gestores não são os mesmos e, além disso, o governo estava em um momento de transição. A Lei Orçamentária Anual-LOA do Estado foi aprovada há pouco tempo, e não adiantaria conversar com os novos gestores sabendo da falta de recursos atualmente no governo estadual. O convênio com o estado foi feito por cinco anos, mas é necessário ter um aditivo todo ano. Ela informou que a pessoa do Estado responsável por esse convênio se reuniria com ela para

definir um posicionamento. Ela acreditava que agora que foi aprovada a LOA, todo o recurso seria repassado. Leila informou, enquanto representante da SMED, que o documento “manifestação” ficou omissivo e com informações soltas e lê uma parte do convênio, esclarecendo o atraso de repasse de recurso. Ela expressa seu desagrado com relação às entidades e ressalta que não depende apenas da SMED. A Presidente Márcia Alves solicitou esclarecimentos de algum conselheiro. O Secretário Herbert confirmou a existência desse problema na entidade em que trabalha e citou o caso de crianças que necessitam do recurso desse convênio, independente de serem de escolas municipais ou estaduais. Ele levantou esse questionamento, pois como fariam essa distinção em relação às crianças que precisam desse convênio? Leila ressaltou a necessidade de uma discussão em âmbito maior. Márcia Alves entendeu que deveria haver uma negociação entre os envolvidos nesses convênios, é preciso negociar (estado e município). Ismari Silva, representante do Fórum DCA, esclareceu que foram enviados diversos e-mails para a Secretaria Estadual de Educação para ter esclarecimentos sobre a falta de repasse, mas não houve respostas. Denise Torres de Oliveira, representante do Centro Betina ressaltou que vai mais além e cita o ECA e os direitos das crianças. Como encaminhamento, Márcia Alves sugere que o CMDCA, juntamente com o CEDCA e o Fórum DCA deveria elaborar um documento conjunto para buscar negociação junto às frentes e aos deputados e vereadores. A Vice-Presidente Regina Helena Cunha Mendes informou sobre sua participação na audiência pública e que haveria uma reunião dia 14 (quatorze) de abril, às 13:30 horas, com a presença de algumas entidades e Fórum DCA, com alguns vereadores para que possam atuar junto ao Estado para a resolução do problema. A conselheira Maria Vitória informou que também deveria ir um documento conjunto para os Conselhos Municipal e Estadual de Educação. Leila agradeceu a todos e informou que enviaria por email o resultado desta reunião do dia 14 (quatorze) de abril. A Presidente informou que o CMDCA vai receber ofício para indicação de um conselheiro do CMDCA para ser delegado na Conferência Municipal de Educação (24-26 de abril). Ela achou que se deveria esperar o convite oficial da SMED e perguntou se todos concordam que o nome desta indicação possa ser escolhido na reunião da Mesa Diretora do CMDCA, tomando como base os conselheiros que foram às pre-conferências municipais. Márcia Alves comunicou que nem ela, nem o Conselheiro Azarias Almir Martins, vão poder ir dia 14 de abril na reunião da Comissão Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-COMPETI. Ela justificou a ausência deles devido a outras agendas. A conselheira Luciana Crepaldi informou que irá coordenar esta reunião do COMPETI e poderia representar o CMDCA nesta data. A Presidente informou sobre a utilização da marca do CMDCA nos documentos do Fórum de Medidas Socioeducativas. Posto em votação o pedido de utilização da marca foi aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis e 02 (dois) votos de abstenção. Márcia Alves comunica que a prestação de contas da Associação Mineira de Reabilitação-AMR, do projeto Sociedade para Todos, pode ser consultado por todos. Em contra-partida, o projeto Juntos Somos Mais, de acolhimento institucional, da mesma instituição, será encaminhado à Comissão de Medidas de Proteção-CMP, pois necessita de parecer. A articuladora do Programa Prefeito Amigo da Criança-PPAC, Maria Thereza Martins Fonseca, falou sobre o programa os eixos estratégicos e sobre o mapa atual de indicadores. Ela informou sobre o adiamento das reuniões do PPAC, ainda sem nova data, pois depende de alguns dados da Fundação Abrinq, já que não houve prazo para encaminhar os dados às partes antes da reunião marcada para os dias 07 e 08 de abril. Ela ainda comunicou que haverá o lançamento do plano do PPAC com inclusões de metas e ações, e que haverá a cada ano novo material, novas informações, após o Plano Plurianual de Ação Governamental-PPAG. A Presidente Márcia Alves ressaltou a importância de todos saberem da existência desse produto. Em seguida foi discutido a proposta de criação de um Grupo de Trabalho para redefinir um posicionamento sobre o tema “Redução da Maioridade Penal” apresentado por Maria do Carmo Rezende e Silva. Ela ressaltou que foi realizado um seminário no ano de 2014, com esse mesmo tema e também outro evento realizado no

Tribunal de Justiça de Minas Gerais-TJMG, mas que o CMDCA não aprovou nenhum documento até o presente momento. Ela imaginou que este GT faria um documento e uma discussão, manifesto, ou uma deliberação sobre o tema. Márcia Alves sugeriu uma comissão de 3 ou 4 pessoas para escreverem sobre o tema e trazer para a plenária para que seja aprovado ou não. A Presidente propôs uma reunião preparatória para a Conferência Municipal, no dia 24/04, às 14 horas. Nesta reunião seriam discutidas as deliberações e encaminhamentos para a Conferência Municipal, onde poderia também se apresentar esse documento da comissão com o posicionamento sobre a proposta de redução da maioria penal. Todos os conselheiros foram convidados. A Vice-Presidente Regina Helena Cunha Mendes informou, que tinha sido convidada, em nome da ASSPROM, para participar do movimento “Diga Não à Redução”, que se reuniu no Conselho Regional de Psicologia-CRP. Márcia Alves perguntou quem se habilitaria a compor a comissão para elaboração desse documento. A conselheira Zélia Vasconcelos sugeriu que a comissão tenha assessoria do jurídico, mas Márcia Alves informou que poderia haver sim, um assessoramento jurídico, mas que isto seria competência do CMDCA. Foi então formada uma comissão integrada por Regina Helena Cunha Mendes, Maria Thereza N. Martins Fonseca e Maria do Carmo Rezende e Silva e com presença da Presidente Márcia Alves se houvesse necessidade. Márcia Alves comunica que já tem uma data para capacitação de conselheiros de direitos. Seria enviado um email com a programação para este evento que acontecerá dia 28 de maio na Escola de Administração Fazendária-ESAF. Por último, a Presidente informou que a reunião para avaliação das pré-conferências e encaminhamentos para a Conferência Municipal seria dia 24/04.

2º PONTO - Matéria da Comissão de Fundo, Orçamento e Recursos Públicos: a coordenadora da comissão, Diana Margarida da Silva, informou os pontos de pauta da comissão que foram apresentados pelo conselheiro Welton Petrillo Malta. A Comissão primeiro apresentou os pareceres sobre os planos de trabalho apresentados para repasse de recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (Captação de Recursos 2014). A primeira entidade apresentada foi a Associação das Obras Pavonianas de Assistência, cujo plano de trabalho teve parecer favorável da Comissão. A conselheira Lúcia de Fatima Alves Rocha e a promotora Dra. Maria de Lurdes Santa Gema fizeram questionamentos a respeito desse projeto. A funcionária da entidade, presente na plenária, respondeu aos questionamentos, principalmente sobre os recursos repassados pela SMED. O Secretário Herbert pediu a palavra e ressaltou que o valor de R\$ 80,00 per capita para cada criança, repassado pela SMED, ainda é baixo, pois a demanda é grande e o gasto também. Márcia Alves também pediu a palavra e falou sobre a proposta feita ao Fórum DCA para que fizessem a composição do custo e ressaltou a necessidade de organização das entidades em se unirem para discutir esse valor. Márcia Alves entende que as entidades, juntamente com a Educação, devem pensar sobre essa questão e se mobilizarem para discutir a composição do custo para cada criança. A Presidente propôs aos conselheiros de sociedade civil que criassem um grupo, juntamente com a Educação, para uma discussão permanente. Em votação o parecer da Comissão sobre o plano de trabalho da Associação das Obras Pavonianas de Assistência foi aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis e 02 (dois) votos de abstenção. Em seguida foi apresentado o plano de trabalho da ISJB-Centro Juvenil Dom Bosco, que também recebeu parecer favorável da Comissão de Fundo. A conselheira Maria Vitória questionou o valor quantitativo da contrapartida. O conselheiro Azarias esclareceu o custo anual da entidade e Márcia Alves esclareceu que já foi feita a discussão da composição de custo do projeto, e que com a Lei de 13.090 há uma alteração. A Presidente esclareceu que a contrapartida não é com relação ao que está recebendo, mas ela é em relação ao projeto como um todo. A coordenadora Diana informou que quando se fala de contrapartida é em relação à serviços. Márcia Alves sugere colocar o que será gasto com o recurso solicitado. Após esclarecimentos, o plano de trabalho da ISJB foi colocado em votação e foi aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis e 02 (dois) votos de abstenção. O terceiro plano

de trabalho apresentado foi da Obra Social Itaka Escolápios e a conselheira Maria Vitória, representante da instituição, fez esclarecimentos sobre alguns pontos do projeto. O parecer da Comissão foi favorável, e colocado em votação, foi aprovado por 19 (dezenove) votos favoráveis e 01 (um) voto de abstenção. O quarto plano de trabalho foi da entidade Associação Querubins, que também recebeu parecer favorável da Comissão de Fundo e cujo plano foi votado e aprovado por 19 (dezenove) votos favoráveis e 01 (um) voto de abstenção. O quinto e último plano de trabalho apresentado foi o projeto governamental apresentado pela Fundação Municipal de Cultura-FMC, que recebeu parecer favorável da Comissão. A conselheira Simone Teodoro Sobrinha da FMC faz alguns esclarecimentos e ressaltou a importância do projeto. Maria Vitória sentiu falta de ações na Regional Nordeste. Simone também fez o convite e divulgou o Primeiro Festival Literário Internacional, que acontecerá em Belo Horizonte, apoiado pela PBH e a FMC, de 25-28 de junho. O plano de trabalho da FMC foi colocado em votação e foi aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis e 02 (dois) votos de abstenção. Em seguida houve a apresentação da Secretária de Políticas Sociais - Luzia Maria Ferreira que discursou sobre a importância de se criar soluções intersetoriais, sobre a participação e o controle social. Dando sequência a matéria da Comissão de Fundo, foram apresentados os pareceres sobre as solicitações de termos aditivos. Foram apresentados os aditivos da Família Down, dois aditivos da Associação Mineira de Reabilitação-AMR, Obras Educativas Jardim Felicidade, e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE/BH, todos com pareceres favoráveis da Comissão de Fundo. Havendo novo quorum de 18, os aditivos foram colocados em votação e aprovados com por unanimidade. A coordenadora Diana Margarida da Silva apresentou a Prestação de Contas 4º quadrimestre de 2014. Márcia Alves solicitou que fosse encaminhado para a próxima plenária de maio a revisão do plano de aplicação e um informe e esclarecimentos aos conselheiros. Em votação, a Prestação de Contas 4º quadrimestre de 2014 apresentada foi aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis, sendo o quorum nesta hora sido reduzido para 15 (quinze) conselheiros. 3º PONTO - Composição da Comissão Organizadora do VIII Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares de Belo Horizonte - 2015: Foram aprovados por 15 (quinze) votos favoráveis os nomes dos conselheiros da sociedade civil Regina Helena C. Mendes, Elma Alves Garcia Lopes, Eleusa Andrade Veiga, Maria Vitória Santos Moura, Maria do Carmo Rezende e Silva e Herbert Knup e dos conselheiros governamentais Petter de Figueiredo Gontijo, Otaviano M. Gonçalves Pires, Luciana Crepaldi, Veneranda Fúlvia de Simone Senesi, Lúcia de Fátima Alves Rocha, e Maria Lecy Santos Almeida, em regime paritário, para compor a Comissão Organizadora do VIII Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares de Belo Horizonte. A primeira reunião será dia 15 de abril. Para compor a Comissão Organizadora Regional foi sugerido o nome da Laurinda Aparecida de Jesus. 4º PONTO - Matéria da Comissão de Registro de Entidades, Inscrição e Reavaliação de Programas - CREIP: o Coordenador Otaviano Pires apresentou o parecer favorável da Comissão para a renovação de registro e reavaliação de programa do Instituto Espírita Eurípedes. Em votação o parecer da Comissão foi aprovado por unanimidade. 5º PONTO - Matéria da Comissão de Articulação e Mobilização Intersetorial e Regional - CAMIR: o Coordenador Herbert Knup apresentou os materiais de divulgação da campanha contra a exploração do trabalho infantil (execução conjunta com o PAIR-BH). Estes materiais serão usados no dia 18/05 e durante o resto de 2015. Em votação, os materiais da campanha foram aprovados por unanimidade. 15 (quinze) votos favoráveis. 6º PONTO - Proposta Cemig: A proposta de parceria da Cemig com o CMDCA foi lida por Regina Helena da Comissão de Fundo para conhecimento. 7º PONTO - Aprovação dos delegados para a Conferência DCA Estadual: Por 14 (quatorze) votos, devido ao novo quorum de 14 (quatorze), foi informada a lista dos delegados, e seus respectivos suplentes, eleitos na VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte para a Conferência DCA Estadual, anexa a esta ata, que será realizada de 25-27 de agosto em Belo Horizonte. Às 18h00 a Presidente agradeceu a todos e encerrou a sessão ordinária e nada mais havendo a tratar eu,

Herbert Knup, conselheiro e secretário da Diretoria do CMDCA BH, com a colaboração de Roberta Catarina Magalhães da Secretaria Executiva do CMDCA BH e vice-presidente da Diretoria do CMDCA BH Regina Helena Cunha Mendes, lavrei a presente ata. Esse documento deve ser aprovado em plenária